

PREFÁCIO

A equipe editorial da revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito, publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGDir./UFRGS) tem a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica a publicação do volume 16, número 2. Renovando-se o comprometimento da Cadernos com a pluralidade e com a difusão de conhecimento, esta edição é constituída por pesquisas provenientes de várias regiões do Brasil e do exterior, e conta com artigos que abordam diversas áreas do conhecimento jurídico, de maneira multidisciplinar.

Na seção de autores convidados, contamos com a contribuição de Cristina Maria de Gouveia Caldeira, Doutora em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal, que aborda o impacto ético e jurídico da aplicação da inteligência artificial no setor da saúde com base nas dimensões normativa ética e tecnológica, abordando a Proposta de Regulamento sobre a Inteligência Artificial da União Europeia.

Na mesma seção, contamos com estudos de Sofia M. Cobo Téllez, Doutora em Direito pela Universidad Autónoma de Tlaxcala, México, cujo artigo trata da justiça restaurativa e dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, bem como dos mecanismos de proteção jurisdicional e quase-jurisdicional do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, visando analisar estes sob a abordagem da Justiça Restaurativa para o fim de verificar se é aplicada ou não prioritariamente como meio adequado de resolução de conflitos entre a vítima e o Estado.

Apresentamos também nesta edição dez estudos de autoria de pesquisadores e pesquisadoras provenientes de universidades no Brasil, que abordam temas voltados à compreensão contemporânea do direito, percorrendo temas de direito nacional e internacional. Os artigos foram selecionados com base na revisão cega por pares de nossos avaliadores, a partir das submissões aos Cadernos.

No campo da justiça restaurativa, Mayara de Carvalho Siqueira, Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá, analisa as formas e impactos da materialização da justiça restaurativa de base comunitária na experiência da Região do Nacional, em Contagem, Minas Gerais sob o Programa Conjunto da ONU intitulado Segurança com Cidadania.

No tema das interações entre a pandemia da Covid-19 e a esfera jurídica, os autores Lúcia Maria Ribas, Professora do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e Guilherme Aparecido da Silva Maia, Professor do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá, abordam os novos contornos jurídicos dos direitos de propriedade intelectual relativo às vacinas contra a referida enfermidade, analisando se o modelo de proteção existente está adequado aos contornos do cenário pós-pandemia.

Nesse mesmo importante tema, a autora Valdete Souto Severo, Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP), trata da importância dos direitos sociais em tempos de pandemia e de crise sanitária, apresentando parâmetros de aplicação do Direito do Trabalho, à luz da Constituição Federal, diante deste cenário.

Também Vanessa Rocha Ferreira, Professora da Graduação e Mestrado do curso de Direito do Centro Universitário do Pará (CESUPA), Eliana Maria de Souza Franco Teixeira, Professora do Programa de Mestrado em Direito e Desenvolvimento na Amazônia do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), e Luma Cavaleiro de Macedo Scaff, Professora no curso de graduação em Direito e Professora na Pós-Graduação da UFPA, analisam os impactos da reforma da previdência social e demais modificações implementadas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, aliados à pandemia da Covid-19, no benefício de pensão por morte de dependentes do Regime Geral da Previdência social e nas contas da Previdência Social.

No campo do direito marítimo, Ingrid Zanella Andrade Campos, Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), analisa a responsabilidade civil no cenário marítimo em face do descumprimento ao dever de proteção de dados, traçando panorama acerca da proteção de dados neste cenário e, posteriormente, adentrando na responsabilidade civil por violação do dever de proteção de dados, incluindo segurança cibernética.

Na esfera penal, Fernando Nogueira Martins Júnior, Professor Adjunto de Direito Processual Penal, Direito Penal e Prática Jurídica Real do Departamento de Direito da Universidade Federal de Lavras, analisa a construção da política criminal hoje no Brasil, expondo inicialmente questões relacionadas à querela da política criminal, e propondo, ao final, uma consolidação democrática do conceito e dos limites de bem jurídico apto à proteção penal.

Outro tópico contemporâneo e candente na seara jurídica foi tratado pelos autores Márcia Dieguez Leuzinger, Professora de Direito Ambiental e de Direito Administrativo do

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), e Valmírio Alexandre Gadelha Júnior, Mestrando em Direito pela mesma Universidade, acerca da mineração em terras indígenas e a ausência de regulamentação sobre a temática no Brasil.

Na seara dos direitos autorais, Alexandre Henrique Tavares Saldanha, Professor da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e da Universidade de Pernambuco (UPE), analisa de que maneira os direitos autorais interferem no acesso à cultura, especificamente nos possíveis impactos na relação entre valor de uso e valor de troca dos bens culturais, sob os parâmetros de crises na sociedade hiperconectada.

Tema também de grande relevância na contemporaneidade é tratado pelos autores Muriel Amaral Jacob, Professora Adjunta da Universidade de Rio Verde (UniRv-GO), e Sander Silva Ferreira, Pós-graduando em Direito Público pela Estácio, os quais analisam o espelhamento via *QR Code* do aplicativo Whatsapp Web como meio de obtenção de prova, perquirindo sobre a sua licitude à luz das disposições da Constituição Federal.

Finalmente, o autor Oscar Valente Cardoso, Professor da Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE/RS e SC) e da Escola da AJURIS, no âmbito do direito processual civil, aborda a regulação da inquirição direta das testemunhas pelos advogados das partes, sua aplicação nos sistemas de *Common Law* e no Brasil.

Agradecendo aos pesquisadores, avaliadores e leitores, temos o prazer de publicar mais este número do periódico *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*. Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

Porto Alegre, 29 de dezembro de 2021.

Prof. Dr. Fábio Costa Morosini
Editor-Chefe

Doutoranda Maria Luiza Baillo Targa
Editora-Colaboradora

Mestre Guilherme Stefan
Editor-Colaborador

Mestranda Victória Hoff da Cunha
Editora-Colaboradora